

Brasília-DF, 31 de agosto de 2026



Sônia Zerino debate saúde mental e violência em evento nacional do SESI



A presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, participou, nesta quinta-feira (27), em São Paulo, da abertura do Ciclo de Debates sobre Saúde Mental, Trabalho e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, promovido pelo Conselho Nacional do SESI.

Para Sônia Zerino, discutir esses temas exige atenção às condições em que trabalhadoras e trabalhadores

exercem suas atividades e aos impactos que o ambiente profissional pode provocar na vida pessoal e familiar.

“Precisamos tratar essas questões de forma integrada, ouvindo os trabalhadores e fortalecendo a participação das instituições na construção de ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e respeitosos. O enfrentamento à violência contra as mulheres deve ter papel de destaque nessa agenda”, destacou.



Durante o encontro, a dirigente sindical ressaltou a trajetória de 80 anos do SESI e sua atuação na promoção da qualidade de vida dos trabalhadores. Para Sônia, a cooperação entre entidades, empresas, poder público e instituições é fundamental para avançar na construção de relações de trabalho mais humanas e equilibradas.

Sindicato dos Papeleiros do Pará e Amapá - SINTRACEL faz sua eleição para o mandato 2026/2030



O pleito foi em chapa única, com a recondução do presidente IVANILDO QUARESMA UCHÔA, que está à frente do Sindicato.

Nos dias 24, 25 e 26/08/26 o STI de Papel e Celulose dos Estados do Pará e Amapá - SINTRACEL, realizou sua eleição sindical para Diretoria Efetiva, Conselho Fiscal e Delegado Representante junto à Federação e seus respectivos suplentes, para o mandato quadrienal de 29/09/2026 a 28/09/2030.

Contando com um quadro associativo de 624 (seiscentos e vinte e quatro) trabalhadores filiados, houve a presença de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) associados compareceram e votaram, sendo alcançados 56,73% (cinquenta e seis vírgula setenta e três por cento). Apesar de termos obtido o quorum

Brasília-DF, 31 de agosto de 2026

legal para validar a eleição, considera-se um baixo percentual de comparecimento, que se deve ao fato da ausência de muitos empregados da empresa Jari Celulose e Embalagens, que se encontram em Recuperação Judicial e o que pior, com atrasos e até sem pagar salários por mais de 3 anos assim, fazendo com que muitos deles fossem procurar trabalho fora da região do Jari para sustento de suas famílias.



Monte Dourado (PA)



Belém (PA)



Santana (AP)

A Diretoria ficou composta pelos empregados das empresas Jari Celulose (em recuperação judicial) e Suzano ambas no estado do Pará e, empresa Amapá Celulose S/A - Amcel. São eles:

Presidente - Ivanildo Quaresma Uchôa - (Jari Celulose)
 Vice - Presidente - Carlos Lacerda Maciel - (Suzano - Belém)
 Secretário Geral - Rodrigo Correa Rodrigues - (Amcel S/A)
 Dir. Financeiro e Patrimonial - Dagoberto Ribeiro da Costa - (Jari Celulose)
 Dir. de Rel. de Trab. e Form. Sindical - Odimar de Matos Soares - (Suzano - Belém)
 Dir. de Cultura, Comunicação e Lazer - Jarbas dos Santos Lima - (Jari Celulose)
 Dir. Prev. Seg. e Saúde do Trab. - Jobian Ismael Pereira Rodrigues - (Jari Celulose)

SUPLÊNCIA DA EXECUTIVA

José Augusto Gazel Bentes - (Amcel S/A)
 Clodeci Nascimento dos Reis - (Jari Celulose)
 Edicarlos Oliveira dos Santos - (Amcel S/A)
 Maiko Chaves Maciel - (Suzano - Belém)
 Meigy Ellen Hayden Gonçalves - (Suzano - Belém)

Jose Carlos Serrão Viana - (Jari Celulose)
 Pedro Paulo Ribeiro V. Júnior - (Jari Celulose)
 Leozir Jose da Silva Benjamim - (Suzano - Belém)
 Raimundo Nonato Silva Pinheiro - (Jari Celulose)
 Raimundo Nonato Correia - (Amcel S/A)
 Jose Domingos Rodrigues Silva (Jari Celulose)
 Edimar da Silva Azevedo - (Amcel S/A)
 Maria do Socorro G. da Costa (Jari Celulose)
 José Mateus Martins - (Jari Celulose)
 Maicon Farias Uchôa - (Amcel S/A)
 Raimundo Paulo da Silva Lima - (Marquesa S/A)
 Jairo Batista de Oliveira - (Jari Celulose)
 Valter Gomes de Oliveira - (Suzano - Belém)
 Maria do Socorro de S. de Lima - (Suzano - Belém)

CONSELHO FISCAL

Meigy Ellen Hayden Gonçalves - (Suzano - Belém)
 José Augusto Gazel Bentes - (Amcel S/A)
 Pedro Paulo Ribeiro V. Júnior - (Jari Celulose)

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

Titular - Carlos Lacerda Maciel - (Suzano - Belém)
 Suplente - Maiko Chaves Maciel - (Suzano - Belém)

Fonte: SINTRACEL

PEC do fim da escala 6x1 já conta com relatório favorável na CCJ



Roque de Sá/Agência Senado

A proposta que acaba com a escala de trabalho 6x1 já conta com relatório favorável na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ): o relator da matéria, Omar Aziz (PSD-AM), apresentou seu voto pela aprovação do texto na quinta (27).

Além disso, ele rejeitou as 12 emendas apresentadas por senadores à proposta. Com essa decisão, o relator manteve o mesmo texto aprovado pela Câmara dos Deputados no final de maio.

A proposta (PEC 221/2019) altera a Constituição para

Brasília-DF, 31 de agosto de 2026

reduzir a carga horária máxima de trabalho semanal de 44 para 40 horas. O texto também garante dois dias de repouso semanal remunerado, sem redução de salário.

O texto prevê que essas mudanças serão implementadas progressivamente — e inclui exceções para trabalhadores com regimes diferenciados e para aqueles com salários mais elevados e diploma de nível superior.

Prazos

A proposta determina que, dois meses após a promulgação da emenda constitucional resultante da PEC, a jornada semanal máxima passará para 42 horas, já com dois dias de repouso remunerado por semana — um deles, preferencialmente, no domingo.

Após 12 meses da promulgação, o texto prevê que a carga máxima de trabalho por semana passará a ser, definitivamente, de 40 horas.

Acordos e convenções

O texto preserva a possibilidade de acordos e convenções coletivas, inclusive para trabalhadores sujeitos a regimes diferenciados.

Nesses casos, a PEC estabelece que uma lei poderá definir regras especiais para a jornada de trabalho e os dias de folga.

Atualização

Em seu relatório, Omar Aziz lembra que o limite de 44 horas semanais foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e permanece inalterado há 38 anos, “período ao longo do qual a economia brasileira passou por transformações profundas em produtividade, incorporação tecnológica e organização produtiva”.

Para ele, a revisão desse limite não é uma ruptura, mas uma atualização “há muito devida”.

O senador afirma que a PEC tem o mérito de promover maior equilíbrio entre trabalho, saúde e vida pessoal. “A instituição do segundo dia de repouso semanal remunerado — núcleo da proposição e origem da ampla mobilização social que a impulsionou — amplia o tempo destinado ao descanso efetivo e à recuperação física e mental”, ressalta.

Prioridade

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se reuniu na quarta-feira (26) com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. O encontro definiu as matérias que serão prioridade do Congresso

Nacional nos próximos dias — e uma delas é a PEC que acaba com a escala 6x1.

A expectativa é que a PEC seja votada pela CCJ já na próxima semana e, em seguida, seja encaminhada para votação no Plenário do Senado.

Tendência internacional

Além da demanda popular, a mudança na legislação prevista pela PEC 221/2019 segue referências internacionais. A Recomendação 116 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1962, já defendia a redução progressiva da jornada, sem corte salarial, tendo como objetivo a semana de 40 horas.

Outros países da América Latina também estão implementando essa redução. O Chile decidiu reduzir gradualmente a jornada (de 45 para 40 horas) entre 2024 e 2028. A Colômbia implementou sua redução de 48 para 42 horas em etapas anuais (a última fase aconteceu neste ano). E, no início de 2026, o México aprovou a redução de 48 para 40 horas ao longo de cinco anos (até 2030).

Fonte: Agência Senado

70% dos jovens brasileiros entre 16 e 29 anos trabalham

Pesquisa do Observatório Fundação Itaú mostra que o trabalho é presente na vida da juventude, mas somente 44% têm carteira assinada; desigualdades persistem em recortes sociais e regionais



Foto: Senai

A juventude brasileira tem encontrado oportunidades no mercado de trabalho ainda que as desigualdades sociais, regionais e raciais permaneçam presentes. De acordo com a pesquisa “Juventudes e o Mundo do Trabalho”, do Observatório Fundação Itaú, realizada com apoio do Datafolha e do Instituto Locomotiva, 70% dos jovens de 16 a 29 anos estão trabalhando.

Desse contingente, 44% têm carteira assinada, que é

Brasília-DF, 31 de agosto de 2026

a modalidade de contratação mais mencionada. Outros 15% são assalariados sem registro, 13% são autônomos, 10% trabalham informalmente e 8% são estagiários.

O estudo também indica que 20% dos jovens pesquisados buscam oportunidades de trabalho e 29% buscaram trabalho nos últimos 6 meses, enquanto 61% procuraram um melhor trabalho no último ano.

O levantamento ouviu 1.816 jovens de todo o país de todas as classes econômicas, gêneros, raças e escolaridades, entre os dias 11 e 23 de maio deste ano. A margem de erro máxima para o total da amostra quantitativa é 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%.

Desigualdades

A formalização do trabalho é maior entre jovens das classes A/B, que representam 43% dos trabalhadores formais, contra 35% das classes D/E. Entre os que trabalham sem registro, a situação se inverte: 21% dos jovens das classes D/E estão nessa condição, ante 13% dos jovens das classes A/B. Regionalmente, a formalização também apresenta diferenças: chega a 58% no Sul e 55% no Sudeste, mas cai para 29% no Norte e 20% no Nordeste.

As desigualdades também aparecem entre grupos raciais e conforme a escolaridade. Entre os jovens brancos, 49% têm emprego formal, contra 41% dos negros; já os bicos informais são mais frequentes entre negros (12%) do que entre brancos (5%). A escolaridade também pesa: 34% dos jovens que estudaram até o ensino fundamental trabalham com bicos, enquanto entre aqueles com ensino superior o percentual é de apenas 3%.

Estudo e cuidados com a casa

Conforme os dados apurados entre os jovens de 16 a 29 anos, 48% estudam, sendo que 32% mantêm uma rotina de estudos somada ao trabalho.

Já 39% somente trabalham e 13% nem estudam nem trabalham, sendo chamados popularmente de geração "nem-nem".

Entre os jovens que estudam, 41% estão no ensino superior, 27% no ensino médio, 18% fazem cursos livres e 11% cursam o ensino técnico. Embora 85% considerem o diploma universitário importante para conseguir trabalho, 91% avaliam que cursos técnicos e profissionalizantes são um caminho mais rápido e eficiente para conseguir emprego.

Metade dos jovens (50%) também é responsável pelos cuidados com a casa, além de estudar ou

trabalhar. A carga é maior entre as mulheres: 60% delas afirmam ter essa responsabilidade, contra 40% dos homens. No cuidado com idosos, crianças e outras pessoas, a diferença também aparece: a tarefa é desempenhada por 28% das mulheres e 14% dos homens.

Salário e futuro

O salário é o principal fator na escolha de um emprego para 64% dos jovens, seguido de benefícios, plano de carreira e ambiente de trabalho agradável, citados por 31% cada. Ainda assim, 62% aceitariam ganhar menos para trabalhar em um ambiente saudável, com menos estresse e pressão psicológica.

Apesar das desigualdades e das mudanças no mercado de trabalho, 68% dos jovens afirmam ter um planejamento profissional para a vida. A maioria também demonstra otimismo financeiro: 91% acreditam que sua situação financeira vai melhorar nos próximos cinco anos, enquanto 88% esperam ter uma condição de vida melhor que a dos pais.

Fonte: Portal Vermelho



Mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher.

Agosto Lilás

20 Anos da Lei Maria da Penha

um instrumento de luta por uma vida livre de violência, principais avanços em duas décadas:



-  **TIPIFICAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS:**
Classificação da violência em cinco tipos: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.
-  **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA:**
Proteção imediata às vítimas, com afastamento do agressor e proibição de aproximação e contato.
-  **FIM DA IMPUNIDADE:**
Vedação da aplicação de penas alternativas e fortalecimento da responsabilização pelos crimes de violência doméstica.
-  **PRISÃO PREVENTIVA:**
Possibilidade de prisão do agressor em situações de risco à vítima ou de descumprimento das medidas protetivas.



FORTALECIMENTO DA REDE DE APOIO:
Ampliação dos serviços especializados, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Casas Abrigo.



O SILÊNCIO MATA. DENUNCIE! LIGUE 180
Informação liberta. Mulher viva, livre e sem medo.



SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI

2026